

Terça-Feira, 12 de Maio de 2026

Paulo Araújo cobra isonomia entre servidores e explica abstenção em votação de reajuste do Judiciário

Reajuste dos servidores do TJMT

Márcio Eça do rufandobombonews

O deputado estadual Paulo Araújo (PP) explicou, nesta quarta-feira (22), o motivo de ter se absterido na votação do projeto que concede reajuste de 6,8% aos servidores do Poder Judiciário. A proposta foi aprovada em primeiro turno por 8 votos a 6, em meio a debates acalorados e questionamentos sobre a legalidade da votação.

Segundo Araújo, sua abstenção foi uma forma de protestar contra a diferença salarial entre os servidores dos diferentes poderes.

> “O Estado de Mato Grosso é um só. Não tem por que praticar valores de remuneração diferenciada. O servidor do Executivo tem que ter o mesmo tratamento do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria”, afirmou o parlamentar.

Ele destacou que o Executivo possui cerca de 100 mil servidores, e que também recebe reclamações de funcionários do Legislativo pedindo igualdade no tratamento.

> “Por que dar um tratamento diferenciado ao Judiciário? Ainda mais com ganho real, algo que os servidores dos outros poderes não tiveram”, completou.

Sobre a confusão durante a votação, Araújo reconheceu que houve falhas na contagem, mas disse que a situação será resolvida na segunda votação, prevista para a próxima semana.

> “Houve um acordo para manter o resultado e deixar que o plenário decida de fato quem é a favor e quem é contra”, explicou.

O deputado também alertou que, caso o reajuste seja confirmado, o aumento impactará o duodécimo do Judiciário em 2026, podendo comprometer o planejamento de expansão de novas comarcas no interior.

> “O Tribunal previa a criação de 35 novas comarcas, mas com o reajuste, parte dos recursos terá que ser remanejada”, concluiu.